

Relatório Anual de Informações

2018

Planos de benefícios da



EPAMIG

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (resumido) de cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CGPC nº 23/2006. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados neste Relatório de Atividades 2018 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios estão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que continuarão a ter, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2018.....	1
MENSAGEM DA DIRETORIA.....	2
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO	3
MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL	4
DESTAQUES DO ANO.....	5
CONTEXTO ORGANIZACIONAL	8
PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	12
POLÍTICA DE SEGURIDADE	13
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB) ..	13
GESTÃO DO PASSIVO EM 2018	13
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018.....	14
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	16
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ).....	17
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	17
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	17
METAS E ÍNDICES	17
GESTÃO DOS RISCOS	17
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS.....	19
PLANO EPAMIG BÁSICO	19
PLANO EPAMIG SALDADO	22
PLANO EPAMIG FLEXCERES	25
SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAMIG	27
INVESTIMENTOS DOS PLANOS.....	28
ALOCÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	28
PLANO EPAMIG BÁSICO	28
PLANO EPAMIG SALDADO.....	29
PLANO EPAMIG FLEXCERES.....	29
RESULTADOS EM 2018.....	30
RENDA FIXA.....	30
RENDA VARIÁVEL	31
ESTRUTURADOS.....	32
IMOBILIÁRIO	33
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	34
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO	36
COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAMIG FLEXCERES.....	37

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	38
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)	38
DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS.....	39
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	40
ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	41
ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	50
ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	60
ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	63
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	65
ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS	66

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2018

Patrocinadores



Instituidores



Conselho Deliberativo

Alexandre de Oliveira Barcellos (Presidente)

Emídio Casagrande

Gerson Soares Alves Barreto

José Mauro Gonçalves Dias

Sérgio Brunale

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Conselho Fiscal

Cleuber Oliveira (Presidente)

Eurípedes Rosa do Nascimento

Sebastião Cardoso Barbosa

Arádia Luiza dos Santos Costa

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

José João Reis (Diretor de Investimentos)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2018 foi marcado por uma recuperação lenta da economia brasileira e a inflação, permaneceu controlada.

Nos mercados, o dólar chegou a bater R\$ 4,19, nova máxima histórica, em meio a incerteza da corrida eleitoral, mas encerrou o ano ao redor de R\$ 3,90, em meio às expectativas de uma agenda mais liberal e pró-mercado com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência.

No ambiente da Ceres, o desempenho dos investimentos apresentou muito bom resultado. Todos os planos obtiveram rentabilidade superior à meta atuarial e/ou índice de referência e a maior parte deles terminou 2018 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Nesse contexto, a Ceres atuou de maneira consistente, com tomada de decisões prudentes, pautada pelo modelo de governança responsável, ético e transparente, além de políticas de investimentos e de seguridade criteriosas que visam assegurar solvência e liquidez aos planos de benefícios.

O ano de 2018 foi de muitas conquistas para a Ceres. Destacamos o lançamento do nosso primeiro plano instituído, o Família Ceres, uma oportunidade ímpar para os nossos participantes, aposentados e pensionistas e os seus familiares garantirem o futuro ou realizarem um sonho.

Continuaremos contando com a atuação integrada de nossos colegiados, da diretoria e da equipe técnica, e com a confiança de todos para seguirmos adotando as medidas necessárias para assegurar o nosso compromisso junto a cada um dos participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores.

Uma boa leitura!

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Como órgão máximo da gestão, o Conselho Deliberativo tem conduzido sua atuação no sentido de fortalecer e ampliar a eficiência e eficácia de nossa Fundação. As ações desenvolvidas estão orientadas a assegurar aos beneficiários e participantes proteção previdenciária presente e futura.

Durante o ano de 2018, foram avaliados e aprovados documentos importantes para a gestão como o Plano de Custeio para 2018, a Avaliação Atuarial dos Planos, a Política de Investimentos, dentre outros.

Destaca-se como um marco de gestão a implantação do plano instituído “Família Ceres” destinado aos familiares dos empregados das patrocinadoras e participantes e assistidos da Fundação.

Estamos certos de que a Fundação Ceres, com seus planos de benefícios e o seu patrimônio, é garantia de uma aposentadoria tranquila. Para que possamos melhorar, é fundamental que todos participem cada vez mais da vida da Fundação, vigilantes e interessados na sua evolução.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2018, o Conselho Fiscal cumpriu o seu papel de acompanhar a situação econômico financeira e do controle efetivo da gestão da Ceres.

Em reuniões mensais, entre outras atividades, este Conselho trabalhou na elaboração de relatórios sobre demonstrativos contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Preocupados em emitir informações concisas e claras, o Colegiado analisou e acompanhou a Política de Investimentos, o Plano de Trabalho da Ceres, a folha de pagamento de benefícios e as premissas atuariais.

Mais uma vez, o Conselho Fiscal não poupou esforços em ajudar a garantir aos patrocinadores, participantes e assistidos um futuro seguro com qualidade de vida. Assim, ao findar o ano, temos plena consciência do dever cumprido.

DESTAQUES DO ANO

Plano Família Ceres

Como uma das principais iniciativas que visam manter a sustentabilidade institucional da Fundação Ceres e que fazem parte do projeto “Ceres de Futuro”, foi implantado, em junho/2018, o Família Ceres, um novo plano de previdência complementar destinado aos empregados das patrocinadoras, aos assistidos da Ceres e aos seus familiares até o 3º grau.

O plano, instituído pela Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Ceres (ANAPEC) e pela Associação Mineira dos Aposentados da Extensão Rural (AMAER), encerrou o ano com 311 participantes.

A Ceres está focada na adesão de 56.000 pessoas, que é público potencial estimado por meio de pesquisa realizada com os participantes e assistidos.

Nova Composição da Diretoria Executiva

Diretoria de Investimentos

No dia 17 de dezembro de 2018, José João Reis assumiu o cargo de Diretor Investimentos da Ceres.

“Reis” é empregado da Embrapa desde 1980, tendo sido responsável pela área financeira dessa patrocinadora por mais de 10 anos. Sua experiência em gestão de previdência complementar foi adquirida durante os oito anos que atuou como membro do Conselho Deliberativo da Ceres, e os quatro como Diretor de Seguridade.

“Pretendo dar continuidade à gestão séria, prudente e exitosa dos Diretores que cuidaram dos investimentos da Ceres, no qual certamente cumpriram com o seu dever fiduciário e foram fiéis à confiança depositada por todos os participantes, assistidos e patrocinadores”, afirmou Reis na apresentação do seu Plano de Trabalho ao Conselho Deliberativo.

Diretoria de Seguridade

“Trabalhar com muita dedicação, empenho, entusiasmo e integridade para, além de preservar da imagem positiva, a credibilidade e a sustentabilidade institucional, fazer com que a Ceres seja cada vez mais sólida e perene”, esse foi o compromisso do novo Diretor de Seguridade, Washington Luiz de Carvalho e Silva.

Empregado da Embrapa entre 1975 e 2009, o dirigente foi indicado pela patrocinadora e após apresentação de plano de trabalho e sabatina, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e habilitado pela Previc, tomando posse em 21 de dezembro de 2018.

Com larga experiência em gestão administrativa e projetos estratégicos, acumulada ao longo de mais de 34 anos de trabalho, Washington atua também, desde 2004, como membro do Conselho de Administração do SICOOB Crediembrapa.

Nova Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal

Os participantes e assistidos da Embrapa elegeram dois representantes para o Conselho Deliberativo e um para o Fiscal.

Foram eleitos para titulares no Conselho Deliberativo Raimundo Alves de Araújo e Maria do Socorro Barbosa Guedes. Seus suplentes serão Cleuber Oliveira e José Roberto de Souza Freire.

A vaga no Conselho Fiscal será ocupada por Emídio Casagrande e seu suplente será Edil Manke. Os novos conselheiros terão mandato de quatro anos e oportunamente tomarão posse.

Sobre a eleição

O processo de votação, operacionalizado por meio de sistema informatizado, começou no dia 22/10 e terminou ao meio dia do dia 1º de novembro.

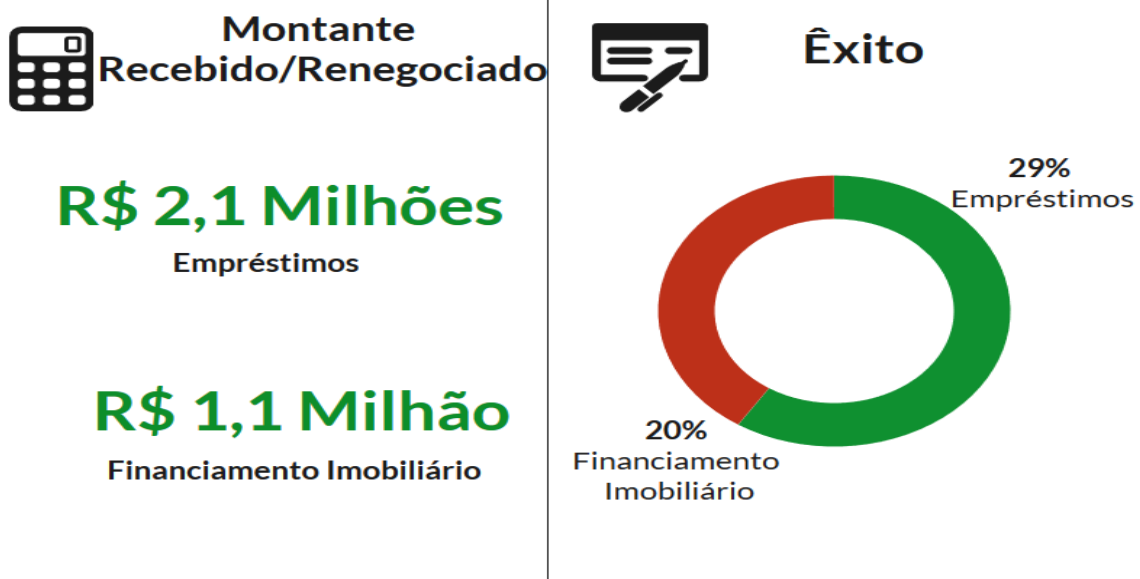
Todos os participantes e assistidos (aposentados e pensionistas) dos planos Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres inscritos até 21 de setembro de 2018 e em dia com suas obrigações perante a Fundação participaram do processo.

Recuperação de Créditos - Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Com o objetivo de permitir que os participantes e os assistidos, que estejam inadimplentes, regularizem os seus débitos com a Ceres, foi implementada no início de 2018, uma nova sistemática de cobrança de empréstimos e financiamentos imobiliários.

A campanha de cobrança é permanente, tendo em vista que a inadimplência atinge diretamente a saúde financeira do plano de previdência complementar, o que reforça a importância de que todos estejam em dia com as suas obrigações.

Veja os resultados obtidos com a campanha realizada:



Alteração de Regulamentos

No ano de 2018, não houve alteração de Regulamento de plano de benefícios.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

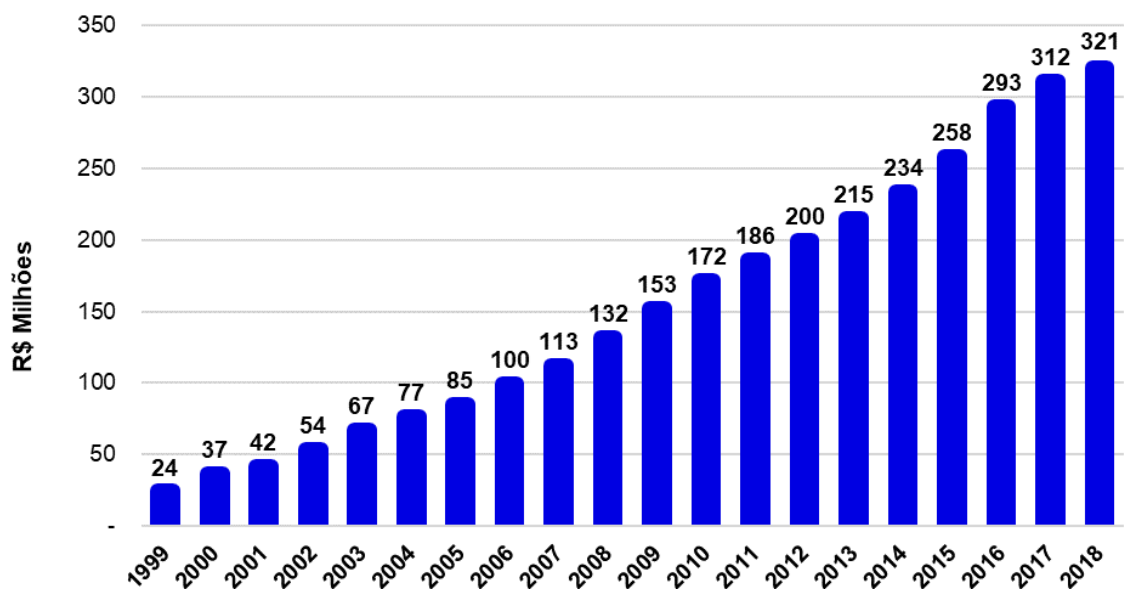
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando quase 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios bem definidos de governança corporativa, com regras prudenciais, práticas de gestão, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2018, quando completou 39 anos, os planos administrados pela Ceres contavam com 19.025 associados, sendo 12.551 (66%) participantes e 6.474 assistidos (34%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares e pensões no valor de R\$ 321 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 3,1 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (1999 - 2018)



Atualmente, são administrados pela entidade 18 (dezoito) planos de benefícios:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2018.

Plano	CNPB	Data Início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago-79	BD
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai-07	CV
Embrater Básico	1979.0005-65	ago-79	BD
Ceres Básico	2007.0010-47	out-79	BD
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez-05	CV
Epagri Básico	1981.0001-19	jan-81	BD
Epagri-Flexceres	2005.0023-56	jul-05	CV
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul-05	BD
Emater Básico	1982.0001-47	fev-82	BD
Emater-FlexCeres	2007.0026-47	nov-07	CV
Emater Saldado	2007.0025-74	nov-07	BD
Epamig Básico	1982.0008-56	mar-82	BD
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan-08	CV
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan-08	BD
Cidasc FlexCeres	2009.0011-92	jan-10	CV
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago-13	CD
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set-14	CV
Família Ceres	2018.0003-65	jun-18	CD

Legenda: **BD** - Benefício Definido; **CV** - Contribuição Variável; **CD** - Contribuição Definida.

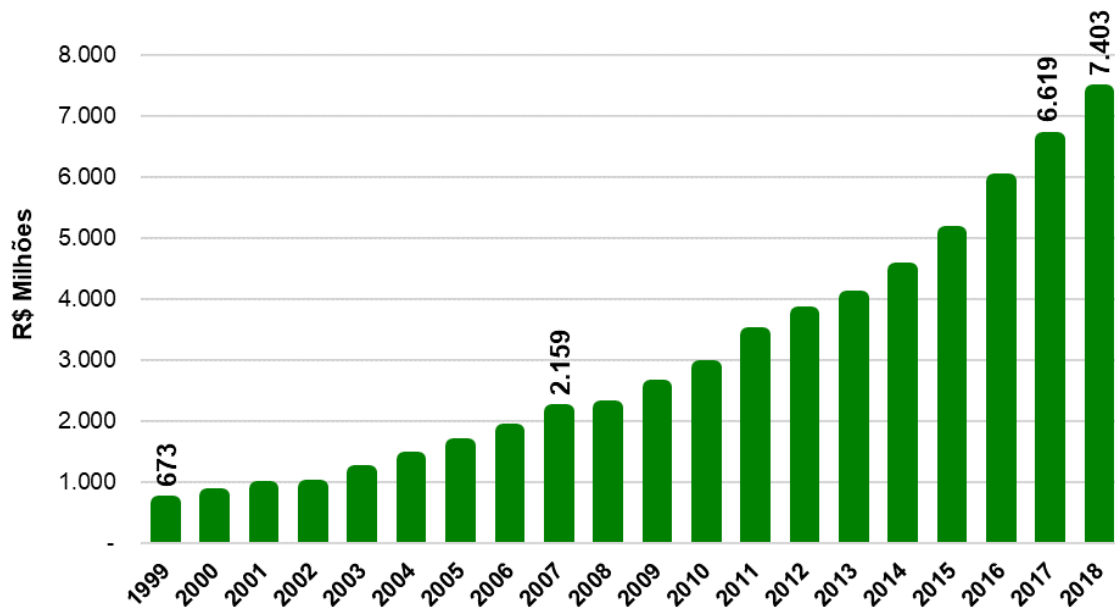
PATRIMÔNIO TOTAL

De 1999 até dezembro de 2018, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1000%, passando de R\$ 673 milhões para R\$ 7,4 bilhões (Gráfico 2).

Em 2018, a Fundação ocupava a 18ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Nesse período (1999 a 2018), a rentabilidade obtida foi de 1.620% contra uma meta atuarial/índice de referência médios de 1.185%.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (1999 - 2018)



¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

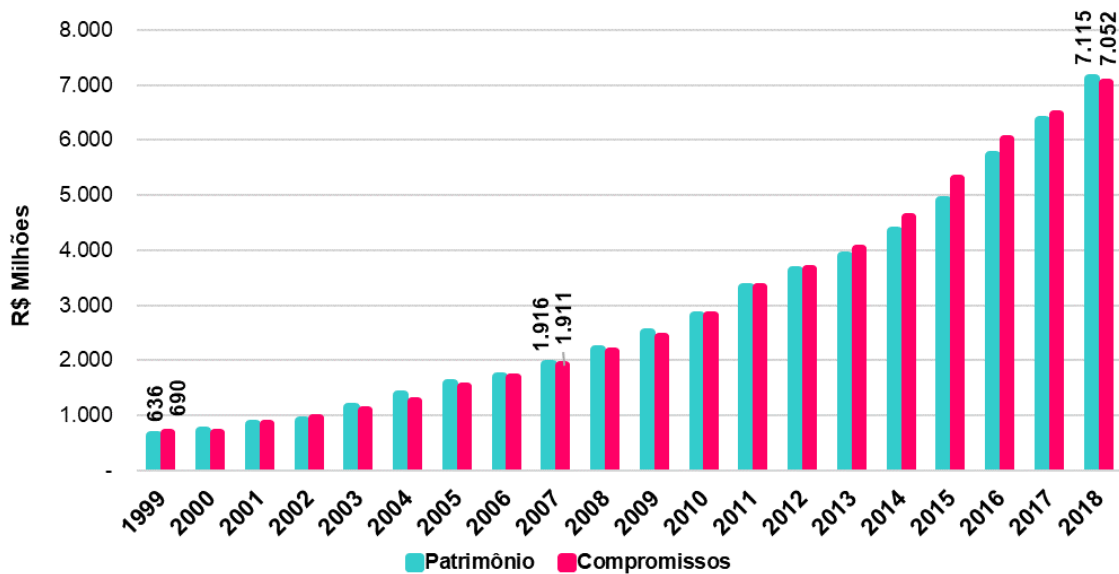
No gráfico 3, a seguir, está apresentada a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1999 a 2018.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Ao confrontar, de forma consolidada, o patrimônio de cobertura dos planos e os respectivos compromissos, tem-se que o resultado foi superavitário em R\$ 63 milhões.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (1999 - 2018)



PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A EPAMIG é patrocinadora de três planos com características distintas: dois de Benefício Definido (BD), um Básico e um Saldado, e um plano de Contribuição Variável (CV), o Epamig FlexCeres (Quadro 2).

Quadro 2: Principais características dos planos Básico, Saldado e FlexCeres.

Planos Básico e Saldado	Plano FlexCeres
Mesmo elenco de beneficiários	Mesmo elenco de beneficiários
Benefícios programados e de risco	Benefícios programados e de risco
Contribuições patronais de saldamento (plano Básico)	Contribuição patronal - limite de 7% dos salários de participação dos participantes
Plano de aposentadoria mutualista	Plano de aposentadoria individual
Benefício pré-definido (concedido e benefício saldado a conceder e corrigidos pelo INPC)	Meta de Benefício (depende do valor acumulado)
Não permite aumento do benefício, pois o limite é definido em função do salário de participação.	Permite aumento do benefício mediante contribuições/aportes extraordinários, inclusive portabilidade.
Benefício de risco = pré-definido e corrigido pelo INPC	Benefício de risco = baseado na meta programada
Benefício a partir de 15 anos de vinculação ao plano	Benefício a partir de 5 anos de vinculação ao plano
Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 44 anos de idade, desde que comprovada a rescisão do contrato de trabalho e aposentadoria pelo INSS.	Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 55 anos de idade e rescisão do contrato de trabalho
Aposentadoria Programada e Risco: mediante rescisão contratual e Comprovação do INSS	Aposentadoria Programada = Rescisão contratual; Aposentadoria Risco = Rescisão de contrato + Comprovação aposentadoria INSS
Reajuste do benefício: INPC	Reajuste benefício: INPC.

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br

POLÍTICA DE SEGURIDADE

A Política de Seguridade, aprovada pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2016, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2017 a 2019.

Na sua elaboração foram consideradas as regras estabelecidas na legislação de previdência complementar, as recomendações presentes nos Manuais e Guias de Melhores Práticas e também os critérios para uma administração segura e responsável de planos de benefícios de previdência complementar. Tem como objetivo geral orientar a gestão do passivo dos planos de benefícios administrados pela Ceres e como objetivos específicos:

- Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;
- Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de seguridade por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- Orientar os atores envolvidos na gestão de seguridade: Ceres, Patrocinadoras e Representantes dos planos; quanto às diretrizes da gestão do passivo necessárias para a condução dos trabalhos;
- Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadoras, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos; e
- Dar claro entendimento a respeito das melhores práticas adotadas pela Ceres na gestão do passivo dos planos de benefícios ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretores, Patrocinadores, Participantes e Assistidos, bem como aos Empregados, Provedores Externos de Serviços, Órgãos Reguladores e Fiscalizadores.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Engenheiro Agrônomo Washington Luiz de Carvalho e Silva, habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2018

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência

de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, conseqüentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2018, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2018, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais,

elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefícios

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2018 estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Premissas Atuariais.

Premissa Atuarial	Plano		
	Epamig Básico	Epamig Saldado	Epamig FlexCeres
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 Male	BR-EMSsb-v.2010 Male & Female	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F		
Tábua de Entrada de Invalidez		TASA 1927	
Taxa Real de Juros	5,69%	5,70%	5,80%

Os resultados da avaliação atuarial dos planos estão apresentados no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 4.661/2018, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2018 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superavit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, Advogado José João Reis. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria da Ceres. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações, 18 (dezoito) Fundos de Investimento Estruturados e 4 (quatro) Fundos de Investimento Imobiliários, cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2018 foram Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2018, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 3) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº4.661/2018 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de

Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos. Visa garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável, a obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

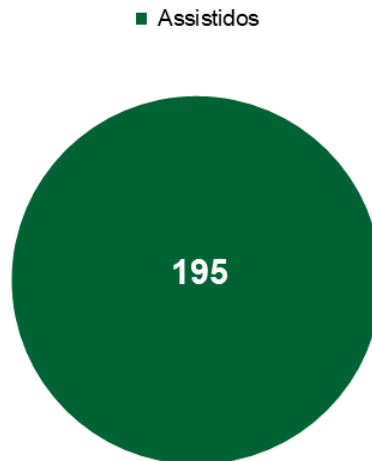
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS

PLANO EPAMIG BÁSICO

Número de participantes

O Plano Epamig Básico, fechado para novas adesões, detinha, em 2018, um total de 195 associados, sendo todos eles aposentados e pensionistas (Gráfico 4).

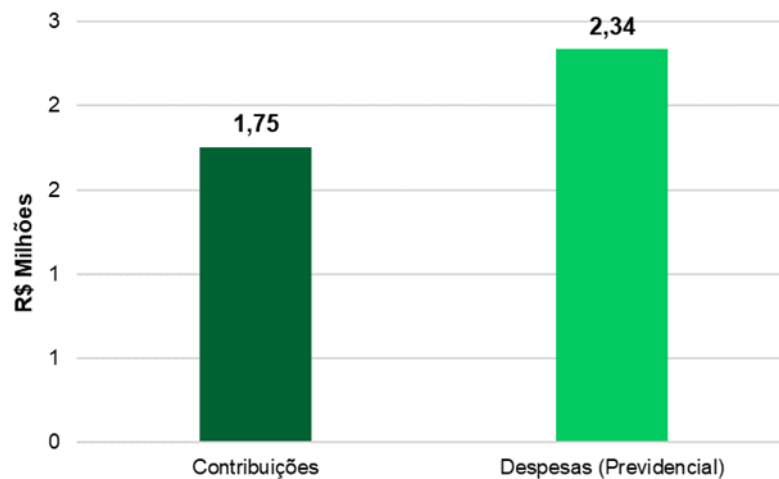
Gráfico 4: Quadro social - 2018



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2018, esses assistidos e sobretudo a patrocinadora contribuíram com R\$ 1,75 milhão e foram pagos R\$ 2,34 milhões em benefícios aos aposentados e pensionistas.

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias - 2018



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 5,57%, passando de R\$ 13,9 milhões em 2017 para R\$ 14,7 milhões, em 2018 (Quadro 4).

Em 2018, do total de R\$ 13,9 milhões (95% do ativo total), R\$ 12,8 milhões (88% do ativo total) estavam investidos basicamente em dois fundos de investimentos de renda fixa e um fundo de renda variável, todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 4: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epamig Básico (2017/2018).

		R\$ Mil			
ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
DISPONÍVEL	3	3	EXIGÍVEL OPERACIONAL	170	165
REALIZÁVEL	14.672	13.898	Gestão Previdencial	170	165
Gestão Previdencial	475	460	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	221	180	Investimentos	0	0
Investimentos	13.975	13.259	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	6	9
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	1	1
Ações	0	0	Investimentos	4	8
Fundos de Investimentos	12.857	12.240	PATRIMÔNIO SOCIAL	14.499	13.726
Investimentos Imobiliários	941	865	Patrimônio de Cobertura do Plano	14.149	13.435
Empréstimos e Financiamentos l.	176	152	Provisões Matemáticas	13.009	11.580
Depósitos Judiciais / Recursais	0	2	Benefícios Concedidos	20.565	19.831
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	0	0
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	7.556	8.251
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	1.140	1.855
			Resultados Realizados	1.140	1.855
			FUNDOS	350	291
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	221	180
			Fundos dos Investimentos	129	111
TOTAL DO ATIVO	14.675	13.901	TOTAL DO PASSIVO	14.675	13.901

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2018 foi de R\$ 20,6 milhões, dos quais R\$ 7,6 milhões estão sendo integralizados no plano pela patrocinadora.

Em 2018, os fundos administrativos somaram R\$ 221 mil e os fundos de investimentos R\$ 129 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 5.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epamig Básico no ano de 2018 foi de 11,75%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,69% a.a.) fechada em 9,32%.

Quadro 5: Resultados do plano em 2018

Resultado Contábil acumulado em 2017	1.855.277
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2018	-1.429.107
Resultado positivo dos Investimentos em 2018	1.478.886
Contribuições Previdenciárias	1.753.418
Despesas Previdenciárias	-2.335.820
Contingências de Benefícios	-302
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-182.441
Resultado Contábil em 2018	1.139.912
Ajuste de Precificação	458.968
Resultado Técnico Ajustado em 2018	1.139.912

O resultado técnico ajustado do plano Epamig Básico, em 2018, foi positivo em R\$ 1,13 milhão.

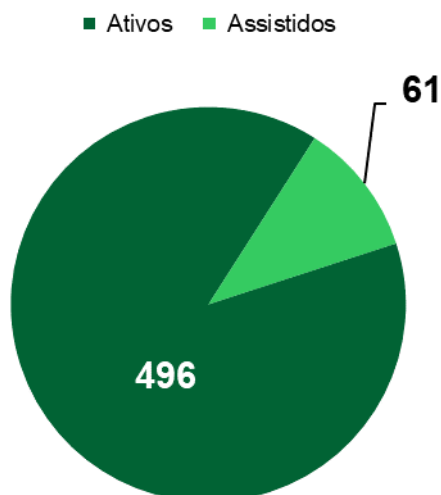
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2017, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EPAMIG SALDADO

Número de participantes

O Plano Epamig Saldado, fechado para novas adesões, detinha, em 2018, um total de 557 associados, sendo 496 participantes (89%) e 61 aposentados e pensionistas (11%).

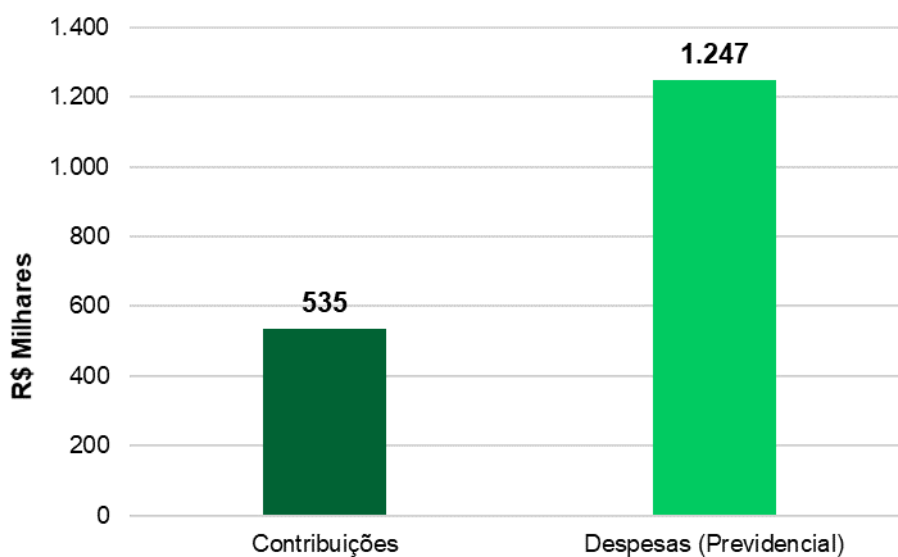
Gráfico 6: Quadro social - 2018



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2018, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 535 mil e foram pagos R\$ 1,247 milhão em benefícios aos aposentados e pensionistas.

Gráfico 7: Contribuições e despesas previdenciárias - 2018



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 9,76%, passando de R\$ 77 milhões em 2017 para R\$ 84 milhões em 2018 (Quadro 6).

Em 2018, do total de R\$ 83,8 milhões (99% do ativo total), R\$ 79 milhões (93% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa e um fundo de renda variável, todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 6: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epamig Saldado (2017/2018).

		R\$ Mil			
ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
DISPONÍVEL	4	5	EXIGÍVEL OPERACIONAL	34	20
REALIZÁVEL	84.499	76.983	Gestão Previdencial	25	8
Gestão Previdencial	11	11	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	628	492	Investimentos	10	12
Investimentos	83.860	76.480	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	12	23
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	12	23
Fundos de Investimentos	79.245	72.136	PATRIMÔNIO SOCIAL	84.457	76.944
Investimentos Imobiliários	2.814	2.600	Patrimônio de Cobertura do Plano	83.407	76.103
Em prêmios e Financiamentos I.	1.800	1.739	Provisões Matemáticas	59.756	54.982
Depósitos Judiciais / Recursais	0	5	Benefícios Concedidos	12.400	11.184
Outros Realizáveis	1	0	Benefícios a Conceder	47.356	43.797
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	23.651	21.121
			Resultados Realizados	23.651	21.121
			FUNDOS	1.050	842
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	628	492
			Fundos dos Investimentos	422	349
TOTAL DO ATIVO	84.503	76.988	TOTAL DO PASSIVO	84.503	76.988

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2018 foi de R\$ 12,4 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 47,3 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 21 milhões em 2017 aumentou para R\$ 23 milhões em 2018, o que representa um crescimento de 11,98%.

Em 2018, os fundos administrativos somaram R\$ 628 mil e os fundos de investimentos R\$ 422 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 7. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 4,7 milhões dos compromissos previdenciários, valor largamente superado pelos resultados positivos de R\$ 8,4 milhões na gestão dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epamig Saldado no ano de 2018, foi de 11,50%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,70% a.a.) fechada em 9,33%.

Quadro 7: Resultados do plano em 2018

Resultado Contábil acumulado em 2017	21.121.220
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2018	-4.774.381
Resultado positivo dos Investimentos em 2018	8.481.976
Contribuições Previdenciárias	535.111
Despesas Previdenciárias	-1.246.779
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-466.304
Resultado Contábil em 2018	23.650.843
Ajuste de Precificação	3.310.227
Resultado Técnico Ajustado em 2018	23.650.843

O resultado técnico ajustado do plano Epamig Saldado em 2018 foi positivo em R\$ 23,6 milhões.

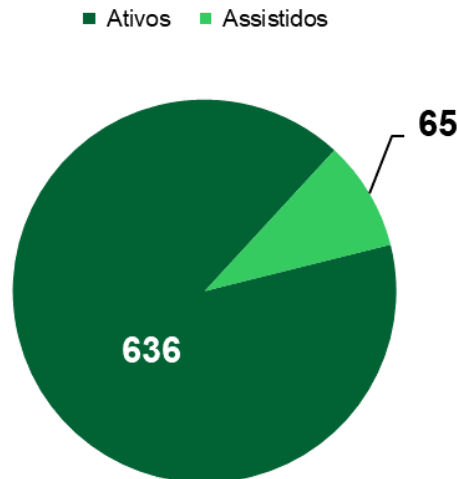
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2017, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EPAMIG FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Epamig FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2018, um total de 701 associados, sendo 636 participantes (91%) e 65 aposentados e pensionistas (9%).

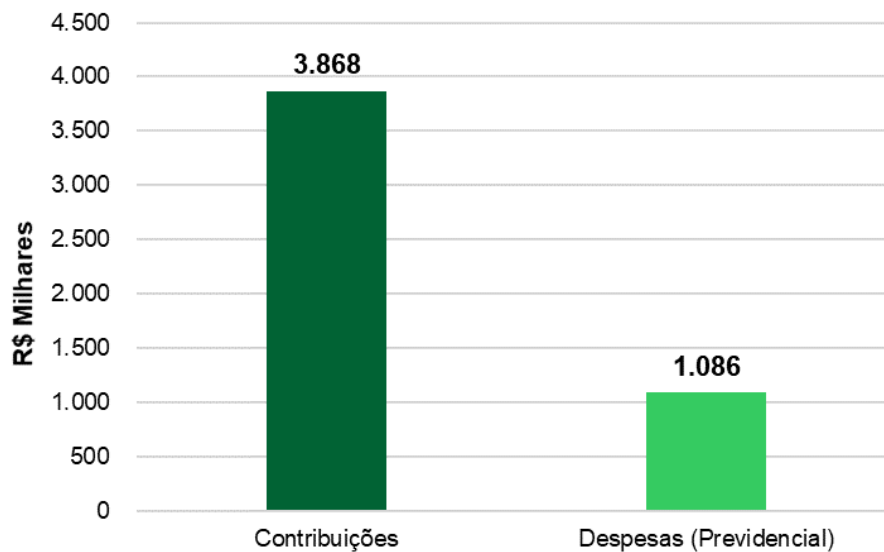
Gráfico 8: Quadro social - 2018



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 3,87 milhões. Com relação às despesas previdenciárias, R\$ 639 mil foram destinadas ao pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios doença e R\$ 466 mil ao pagamento de pecúlios, resgates de reserva de poupança e portabilidades, totalizando R\$ 1 milhão.

Gráfico 9: Contribuições e despesas previdenciárias - 2018



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 18%, passando de R\$ 40,7 milhões em 2017 para R\$ 48 milhões em 2018 (Quadro 8).

Em 2018, do total de R\$ 47,2 milhões (98% do ativo total), R\$ 46,6 milhões (97% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa e um fundo de renda variável, todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 8: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epamig FlexCeres (2017/2018).

		R\$ Mil			
ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
DISPONÍVEL	2	6	EXIGÍVEL OPERACIONAL	214	184
REALIZÁVEL	48.021	40.692	Gestão Previdencial	213	183
Gestão Previdencial	560	561	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	249	194	Investimentos	1	0
Investimentos	47.212	39.938	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	46.641	39.507	PATRIMÔNIO SOCIAL	47.809	40.515
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	46.210	38.500
Em prêmios e Financiamentos l.	570	430	Provisões Matemáticas	46.456	38.500
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	7.007	5.363
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	39.449	33.137
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(246)	0
			Resultados Realizados	(246)	0
			FUNDOS	1.599	2.014
			Fundos Previdenciais	1.291	1.766
			Fundos Administrativos	249	194
			Fundos dos Investimentos	59	54
TOTAL DO ATIVO	48.023	40.699	TOTAL DO PASSIVO	48.023	40.699

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2018 foi de R\$ 7,0 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 39 milhões.

Em 2018, os fundos previdências totalizaram R\$ 1,3 milhão, os fundos administrativos somaram R\$ 249 mil e os fundos de investimentos R\$ 59 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 9.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epamig FlexCeres no ano de 2018 foi de 11,38%, tendo o índice de referência (INPC + 5,80% a.a.) fechado em 9,43%.

Quadro 9: Resultados do plano em 2018

Resultado Contábil acumulado em 2017	0
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2018	-7.955.314
Resultado positivo dos Investimentos em 2018	4.638.813
Contribuições Previdenciárias	3.868.456
Despesas Previdenciárias	-1.086.114
Constituição/reversão para fundo previdencial	475.502
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-186.967
Resultado Contábil em 2018	-245.623
Ajuste de Precificação	173.177
Resultado Técnico Ajustado em 2018	-72.447

O plano encerrou 2018, com resultado técnico ajustado negativo de R\$ 72,5 mil

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAMIG

O patrocinador EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

INVESTIMENTOS DOS PLANOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo em vista as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima da meta atuarial e do índice de referência dos planos. No segmento de operações com participantes a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

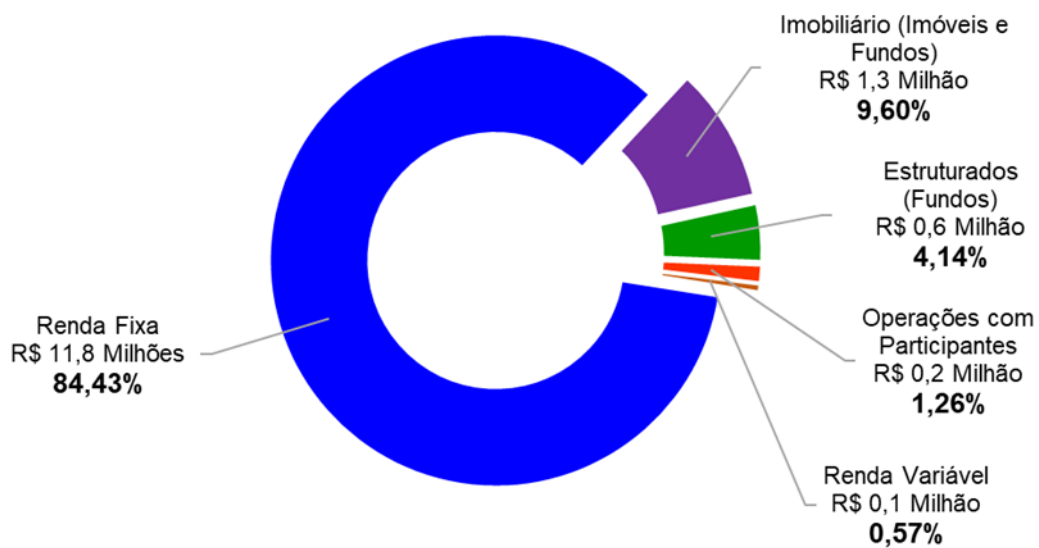
Com relação aos demais segmentos (renda variável, estruturados e imobiliário) foram mantidas as aplicações.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

PLANO EPAMIG BÁSICO

Os recursos desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 84,43% do total das aplicações, seguido das alocações em imóveis e fundos, com 9,60% do montante investido. No segmento de estruturados estão alocados 4,14% do total investido, em operações com participantes 1,26% e em renda variável 0,57%.

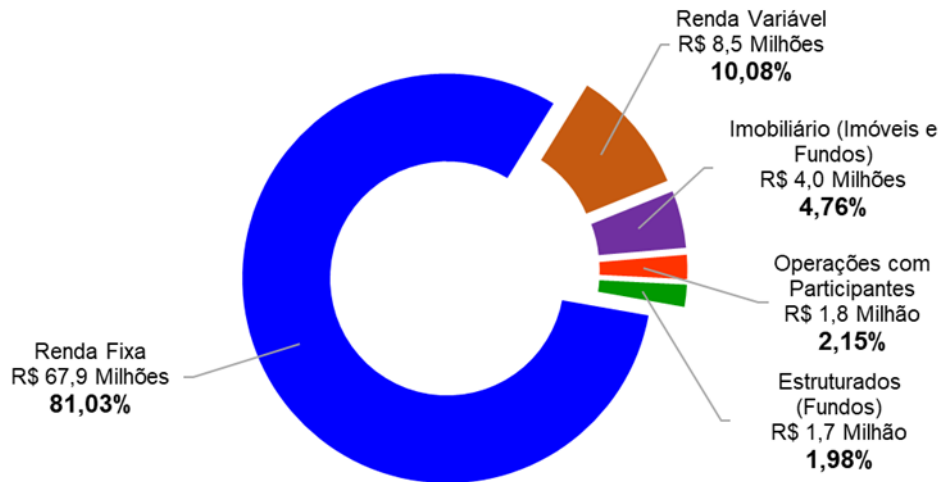
Gráfico 10: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



PLANO EPAMIG SALDADO

Os recursos desse plano estavam alocados basicamente em renda fixa, que representa 81,03% do total dos investimentos, seguido das alocações renda variável, com 10,08% do montante investido. No segmento imobiliário estavam alocados 4,76% do total investido, em estruturados 2,15% e em operações com participantes 1,98%.

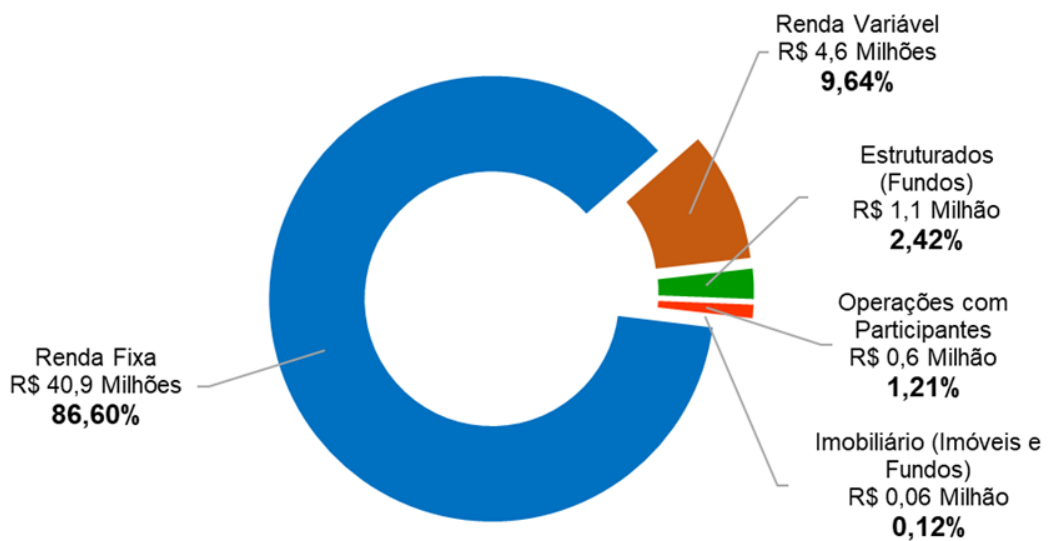
Gráfico 11: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



PLANO EPAMIG FLEXCERES

Os recursos desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 86,60% do total das aplicações, seguido das alocações renda variável, com 9,64% do montante investido. No segmento de estruturados estavam alocados 2,42% do total investido, em operações com participantes 1,21% e imobiliário apenas 0,12% (Gráfico 12).

Gráfico 12: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



RESULTADOS EM 2018

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2018 foi caracterizado por uma queda marcante da inflação, causada basicamente pela perda de poder aquisitivo dos consumidores, redução acentuada da massa salarial e oferta abundante de bens e serviços, e a conseqüente redução das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

É importante destacar que a distribuição dos investimentos difere para cada plano de benefícios, podendo alguns planos deterem investimentos em determinados segmentos (renda fixa e/ou renda variável e/ou estruturados e/ou imobiliário e/ou operações com participantes) e outros não.

A seguir, estão apresentadas informações detalhadas por segmento de aplicação, como montantes alocados por tipo de ativo, entre outros.

RENDA FIXA

Os retornos dos investimentos foram de 11,08% no plano Epamig Básico e no plano Epamig Saldado e de 11,50% no plano Epamig FlexCeres.

Do total do plano Epamig Básico investido em renda fixa, que soma R\$ 11,8 milhões, 91,71% foram alocados em títulos públicos e 8,34% em títulos privados (Quadro 10).

Ao final de 2018, o plano Epamig Saldado detinha R\$ 68 milhões investido no segmento de renda fixa, sendo a maior parcela (90,55%) alocada em títulos públicos (Quadro 10).

Dos recursos do plano Epamig FlexCeres investidos em renda fixa, 65,89% estão alocados em títulos públicos e 34,12% em títulos privados (Quadro 10). Em 2018, o montante total investido, nesse segmento, foi de R\$ 41 milhões.

Quadro 10: Composição dos ativos de renda fixa em 2018 (R\$).

Investimentos/Ativos	Epamig Básico	% sobre o Total Geral	Epamig Saldado	% sobre o Total Geral	Epamig FlexCeres	% sobre o Total Geral
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional série B	8.388.135	71,09%	47.576.579	70,02%	22.308.225	54,56%
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional série C	1.387.254	11,76%	7.860.631	11,57%	-	0,00%
LTN - Letra do Tesouro Nacional	1.045.581	8,86%	6.088.093	8,96%	4.631.942	11,33%
Total - Títulos Públicos	10.820.970	91,71%	61.525.303	90,55%	26.940.166	65,89%
CDB - Certificado de Depósito Bancário	73.903	0,63%	419.958	0,62%	1.260.857	3,08%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	52.971	0,45%	276.103	0,41%	-	0,00%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	63.439	0,54%	431.244	0,63%	700.633	1,71%
Debêntures	377.964	3,20%	2.202.345	3,24%	3.418.034	8,36%
Letra Financeira	296.624	2,51%	2.448.431	3,60%	6.935.605	16,96%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	119.613	1,01%	678.400	1,00%	1.634.164	4,00%
Total - Títulos Privados e Fundos	984.513	8,34%	6.456.480	9,50%	13.949.293	34,12%
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	- 5.964	-0,05%	- 32.207	-0,05%	- 1.941	0,00%
Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)	11.799.518		67.949.576		40.887.518	

RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2018, as aplicações dos planos patrocinados pela Epamig totalizaram R\$ 13,1 milhões, sendo aproximadamente R\$ 79 mil relativos ao plano Básico, R\$ 8,5 milhões ao plano Saldado e R\$ 4,6 milhões ao plano FlexCeres (Quadro 11 e 12).

O desempenho em renda variável superou as expectativas e proporcionou uma rentabilidade de 18,19% ao plano Básico, 10,97% ao plano Saldado e 10,77% ao plano FlexCeres.

Neste segmento, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência, que concentra cerca de 97% dos recursos alocados em renda variável, com gestão própria da Fundação Ceres. Além do Fundo Agrociência, os planos possuem investimentos em dois fundos com gestão terceirizada e que concentram aproximadamente 3% dos recursos aplicados em renda variável. Esses fundos investem em diferentes setores da economia como alimentação, mineração, petróleo, siderurgia, finanças, entre outros.

Os recursos investidos pelos planos, no Fundo Agrociência, estavam assim distribuídos:

Quadro 11: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

Ação/Papel	Epamig Básico	% sobre o Total	Epamig Saldado	% sobre o Total	Epamig FlexCeres	% sobre o Total
B3/ON	-	-	206.572	2,54%	113.425	2,54%
BRADESCO/PN	-	-	699.271	8,59%	383.955	8,59%
BRF FOODS/ ON	-	-	516.231	6,34%	283.452	6,34%
CCR RODOVIAS/ON	-	-	427.858	5,26%	234.928	5,26%
HYPERMARCAS/ON	-	-	500.673	6,15%	274.909	6,15%
ISHARES BOVA	-	-	796.103	9,78%	437.124	9,78%
ITAÚ UNIBANCO/PN	-	-	817.463	10,04%	448.852	10,04%
LOJAS RENNER/ON	-	-	935.030	11,48%	513.406	11,48%
PETROBRAS/PN	-	-	546.604	6,71%	300.129	6,71%
TAESA/UNIT	-	-	413.349	5,08%	226.961	5,08%
TEL. BRASIL/PN	-	-	499.009	6,13%	273.996	6,13%
VALE/PN	-	-	751.569	9,23%	412.671	9,23%
VALID/ON	-	-	334.372	4,11%	183.597	4,11%
Total	-	-	8.141.333	100,00%	4.470.237	100,00%
LTN - Letra do Tesouro Nacional	-	-	602.666	7,40%	330.912	7,40%
Contas a Pagar/a Receber	-	-	94.563	1,16%	51.922	1,16%

A identificação dos fundos de gestão terceirizada, dos respectivos gestores e os montantes aplicados estão apresentados, no Quadro 12 seguinte:

Quadro 12: Composição, gestores e fundos de renda variável (gestão terceirizada) em R\$.

Fundo	Gestor Externo	Epamig Básico	% sobre o Total	Epamig Saldado	% sobre o Total	Epamig FlexCeres	% sobre o Total
FIA Fator Sinergia V	Fator Administração de Recursos	46.587	58,87%	177.252	56,16%	41.416	50,24%
FIA Sul America Expertise II	Sul América DTVM S.A.	32.542	41,13%	138.364	43,84%	41.021	49,76%
Total		79.130	100,00%	315.616	100,00%	82.436	100,00%

ESTRUTURADOS

Em 2018, os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 3,4 milhões, sendo R\$ 577 mil do plano Epamig Básico, R\$ 1,7 milhão do plano Epamig Saldado e R\$ 1,1 milhão do plano Epamig FlexCeres.

Os recursos estão alocados em até 18 (dezoito) fundos de investimentos, sendo 5 (cinco) Fundos de Investimentos Multimercados – FIM, 12 (doze) Fundos de Investimentos em Participações - FIP e 1 (um) Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes – FMIEE. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros.

No ano, a rentabilidade obtida foi de 14,94%, no plano Básico, 17,30% no plano Saldado e 13,52% no plano FlexCeres.

Ao final de 2018, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 13):

Quadro 13: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Epamig Básico	% sobre o Total Geral	Epamig Saldado	% sobre o Total Geral	Epamig FlexCeres	% sobre o Total Geral
FIM Ibiuna Hedge	Ibiúna Gestão	51.194	8,86%	121.183	7,29%	191.840	16,77%
FIM Garde Dumas	Gard Asset	52.047	9,01%	123.200	7,41%	195.033	17,04%
FIM Modal Tactical	Modal Asset	54.088		128.032		202.682	
FIM Neo Mult Estratégia	Neo Gestão	54.165	9,37%	128.214	7,71%	202.970	17,74%
FIM Bahia Am Marau	Bahia Asset	55.245	9,56%	130.772	7,86%	207.019	18,09%
Total - FIM (Fundo de Investimentos Multimercados)		266.739	36,80%	631.402	30,27%	999.543	69,64%
FIP Nordeste II	Vinci Partners	14	0,00%	39	0,00%	-	0,00%
FIP Caixa Ambiental	Mantiq Investimentos S/A	3.266	0,57%	9.029	0,54%	-	0,00%
FIP Brasil Mezanino	Darby Stratus Adm de Inv. Ltda	3.888	0,67%	10.750	0,65%	-	0,00%
FIP Mercatto Alimentos	Mercatto Gestão de Recursos	7.520	1,30%	20.790	1,25%	-	0,00%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Patners Ltda	13.823	2,39%	38.216	2,30%	-	0,00%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	14.986	2,59%	63.327	3,81%	18.483	1,62%
FIP DGF FICPAC 2	DGF Gestão de Fundos Ltda	23.890	4,13%	105.834	6,36%	34.247	2,99%
FIP Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos Ltda	44.521	7,70%	123.089	7,40%	-	0,00%
FIP Caixa Incorporação Imobiliária	Caixa Econ. Federal	33.656	5,82%	138.350	8,32%	37.792	3,30%
FIP Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos	57.887	10,02%	160.042	9,62%	-	0,00%
FIP Angra Infra	Angra Patners Ltda	63.036	10,91%	174.279	10,48%	-	0,00%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	43.946	7,60%	185.708	11,17%	54.202	4,74%
Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações)		310.433	53,72%	1.029.454	61,91%	144.723	12,65%
FMIEE Fipac Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	741	0,13%	2.048	0,12%	-	0,00%
Total - FMIEE (Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes)		741	0,13%	2.048	0,12%	0	0,00%
Total Geral (FIM, FIP e FMIEE)		577.912		1.662.904		1.144.267	

IMOBILIÁRIO

Do total investido, do plano Epamig Básico, isto é, R\$ 1,34 milhões, 70% estavam alocados em imóveis, com R\$ 941 mil (Quadro 14), cuja gestão é própria da Ceres e o restante, 30%, perfazendo R\$ 400 mil, foram alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 15), da qual a gestão é terceirizada.

No tocante ao plano Epamig Saldado, ao final de 2018, R\$ 5,6 milhões estavam alocados em imóveis e R\$ 1,2 milhão em Fundos de Investimentos Imobiliários.

Os recursos investidos, neste segmento, relativos ao plano Epamig FlexCeres, totalizaram R\$ 57 mil e estavam alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 15)

Quadro 14: Composição e valor dos ativos –imóveis - 2018.

Ativo/Local	Epamig Básico	% sobre o Total	Epamig Saldado	% sobre o Total
Shopping Center	718.729	76,37%	1.987.107	35,31%
Shopping Conjunto Nacional - DF	401.183	42,63%	1.109.171	19,71%
Shopping Center Recife - PE	317.546	33,74%	877.936	15,60%
Prédios Comerciais	222.414	23,63%	614.920	10,93%
Edifício José Guerra - SP	102.650	10,91%	283.801	5,04%
Edifício Cenesp Bloco "C" - SP	68.542	7,28%	189.501	3,37%
Edifício Cenesp Bloco "J" - SP	4.945	0,53%	13.670	0,24%
Edifício Ceres - DF	46.278	4,92%	127.947	2,27%
Salas Comerciais	0	0,00%	211.730	3,76%
Edifício Corporate Sala 303 - DF	0	0,00%	101.368	1,80%
Edifício Corporate Sala 304 - DF	0	0,00%	110.362	1,96%
TOTAL	941.143		5.627.514	

Quadro 15: Relação Fundos Imobiliários - 2018

Fundo	Gestor Externo	Epamig Básico	% sobre o Total Geral	Epamig Saldado	% sobre o Total Geral	Epamig FlexCeres	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	18.585	4,64%	63.945	15,95%	9.450	16,58%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	53.884	13,44%	206.130	51,43%	47.537	83,42%
FII Hermes	Rio Bravo DTVM Ltda	84.942	21,19%	232.175	57,93%	0	0,00%
FII Projeto Água Branca	Coinvalores CCVM Ltda	243.406	60,73%	672.957	167,90%	0	0,00%
Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários)		400.817	100,00%	1.175.207	293,20%	56.987	100,00%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras de investimentos permitidas para as EFPC e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Ao final de 2018, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 176 mil no plano Epamig Básico, correspondente a 1,26% do total de recursos do plano, R\$ 1,8 milhão no plano Epamig Saldado (2,15% dos recursos investidos) e R\$ 570 mil no plano Epamig FlexCeres, equivalente a 1,21% dos investimentos desse plano.

No ano, a rentabilidade obtida foi de 15,16% no plano Básico, 14,31% no plano Saldado e 15,11% no plano FlexCeres.

As quantidades e valores concedidos² nos últimos dois anos da carteira de empréstimos e os montantes da carteira de financiamento imobiliário estão apresentados nos Quadros 16 a 20.

Ressalta-se que o plano Epamig FlexCeres não possui recursos aplicados em financiamento imobiliário.

Quadro 16: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epamig Básico).

Descrição	2017	2018	Variação (%)
Valor Total da Carteira	151.146,60	175.998,81	16,44%
Quantidade de Contratos no final do exercício	42	45	7,14%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	69.031,68	129.120,00	87,04%
Quantidade de Concessões no período	13	14	7,69%

Quadro 17: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário (Plano Epamig Básico).

Descrição	2017	2018	Variação (%)
Valor Total da Carteira	483,67	493,18	1,97%
Quantidade de Contratos no final do exercício	1	1	0,00%

Quadro 18: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epamig Saldado).

Descrição	2017	2018	Variação (%)
Valor Total da Carteira	1.738.882,41	1.800.015,43	3,52%
Quantidade de Contratos no final do exercício	205	189	-7,80%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	1.023.189,72	1.103.902,19	7,89%
Quantidade de Concessões no período	84	76	-9,52%

² Os valores apresentados de “concessões de empréstimos no período” representam o total contratado pelo participante ou assistido, não representando necessariamente o montante de recursos liberado.

Quadro 19: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário (Plano Epamig Saldado).

Descrição	2017	2018	Variação (%)
Valor Total da Carteira	45,71	45,71	0,00%
Quantidade de Contratos no final do exercício	1	1	0,00%

Quadro 20: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epamig FlexCeres).

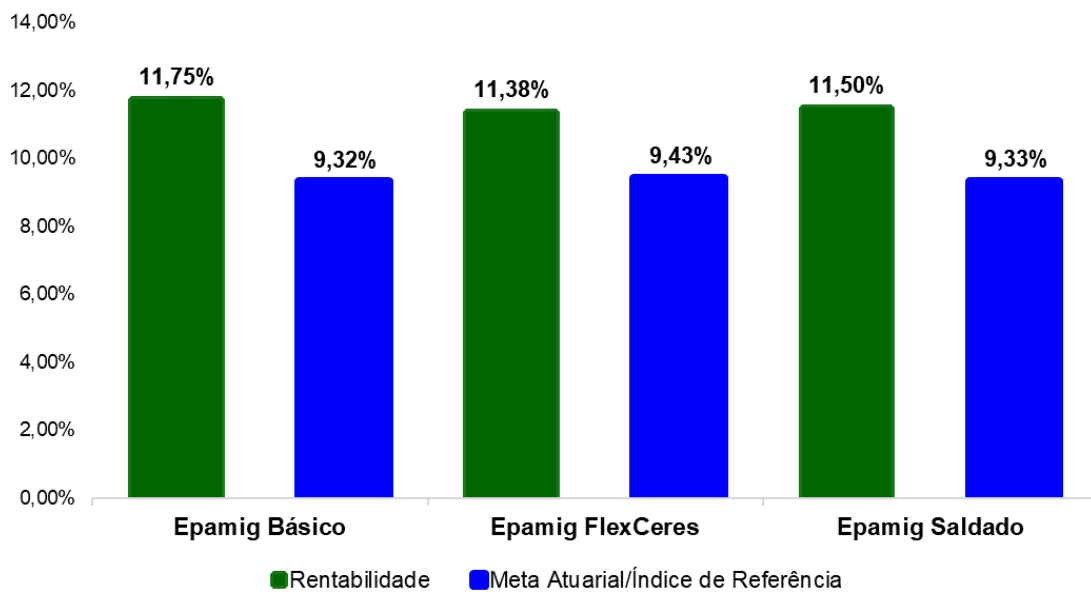
Descrição	2017	2018	Variação (%)
Valor Total da Carteira	430.393,46	570.126,34	32,47%
Quantidade de Contratos no final do exercício	44,00	47,00	6,82%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	283.996,18	437.516,65	54,06%
Quantidade de Concessões no período	22	27	22,73%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

A política de investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de beneficiários. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possui características específicas.

Em 2018, as rentabilidades dos planos patrocinados pela Epamig superaram as respectivas metas atuariais e índices de referências. Os resultados estão demonstrados no gráfico, a seguir.

Gráfico 13: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos de cada plano de beneficiários.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2018, por plano de beneficiários, pode ser verificado no Anexo 2.

COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAMIG FLEXCERES

Nos planos de Contribuição Variável (CV) os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil) é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial do plano e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos planos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor da participação individual de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores destinados à constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. São utilizados os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano administrado é apurada por meio do método da Taxa Interna de Retorno (TIR)³.

Ao longo de 2018, o crescimento no valor nominal das cotas foi significativo e muito acima da inflação do período, que foi de 3,43% pelo INPC e de 3,75% pelo IPCA (Quadro 21).

Isso significa que a cota do plano Epamig FlexCeres apresentou uma valorização real muito acima da inflação no período.

Quadro 21: Variação da cota patrimonial - Plano FlexCeres - 2018.

Plano	Valor da Cota R\$ Dezembro/2017	Valor da Cota R\$ Dezembro/2018	Variação da Cota Patrimonial em 2018
Epamig FlexCeres	2,68482258	2,98221616	11,08%

³ A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2018, as despesas administrativas totalizaram R\$ 27,9 milhões, representando uma variação de 3,85% em relação a 2017, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 22: Despesas administrativas consolidada – 2017/2018 – (R\$).

Rubricas	Gestão 2018		2018	2017	Variação %	Média Ponderada
	Previdencial	Investimentos				
Pessoal e Encargos	10.166.328,48	10.167.862,72	20.334.191	18.527.678	9,75%	7,09%
Treinamentos/Congressos e Seminários	71.212,09	72.625,37	143.837	236.518	-39,19%	-0,20%
Viagens e Estadias	162.124,09	162.044,61	324.169	187.289	73,08%	0,85%
Serviços de Terceiros	1.109.160,31	819.892,58	1.929.053	2.424.965	-20,45%	-1,41%
Auditoria Contábil	33.042,00	33.042,00	66.084	82.605	-20,00%	-0,05%
Consultoria de Investimentos	-	120.738,92	120.739	152.758	-20,96%	-0,09%
Consultoria Jurídica	539.186,16	273.241,32	812.427	1.059.061	-23,29%	-0,68%
Consultoria Gestão/Planejamento	28.206,00	28.206,10	56.412	122.313	-53,88%	-0,11%
Consultoria Recursos Humanos	2.856,00	2.856,00	5.712	15.431	-62,98%	-0,01%
Consultoria Informática	290.568,93	360.094,05	650.663	774.362	-15,97%	-0,37%
Consultoria Atuarial	213.587,04	-	213.587	213.587	0,00%	0,00%
Pessoa Física	3.428,37	-	3.428	4.848	-29,28%	0,00%
Despesas Gerais	1.530.229,46	1.430.582,01	2.960.811	3.356.318	-11,78%	-1,25%
Depreciações e Amortizações	101.145,42	101.145,17	202.291	235.261	-14,01%	-0,10%
Tributos	1.043.960,66	1.043.960,77	2.087.921	1.976.476	5,64%	0,42%
Total das Despesas Administrativas	14.184.160,51	13.798.113,23	27.982.274	26.944.504	3,85%	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2018 foi de R\$ 7,2 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 72 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 39% do que seria o custo estimado da administração.

A Taxa de Administração, cujo limite legal é de 1,0%, é a relação entre a despesa administrativa e os recursos garantidores. Para 2018 foi estabelecido um valor de 0,42% e o valor obtido ao final do exercício foi de 0,39%. De modo geral, os resultados gerais alcançados em 2018 no Plano de Gestão Administrativa podem ser considerados adequados, satisfatórios e competitivos.

No quadro seguinte (Quadro 23), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 23: Despesas administrativas por plano – 2018 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/ Congressos e Seminários	Viagens e Estádias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Epamig Básico	141.122	998	2.250	13.388	20.548	1.404	14.490	194.200
Epamig Saldado	424.043	3.000	6.760	40.228	61.744	4.219	43.541	583.534
Epamig FlexCeres	183.426	1.297	2.924	17.401	26.708	1.825	18.834	252.416

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e são formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras.

Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 23, seguinte, estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2017 e de 2018.

Quadro 24: Despesas específicas de investimentos consolidada – 2017/2018 – (R\$).

Rubricas	2018	2017	Variação %
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	351.368	231.196	51,98%
Taxa Cetip/Selic	749.465	470.680	59,23%
Custódia	521.022	474.459	9,81%
Controladoria	532.846	477.292	11,64%
Taxa CVM	221.405	175.446	26,20%
Taxa Bovespa	39.725	9.774	306,45%
Taxa Anbima	91.467	18.144	404,12%
Serviços Jurídicos	2.460	-	-
Corretagem	167.895	47.879	250,66%
Outras (Auditoria de Fundos e Emolumentos)	218.607	31.497	594,07%
Total das Despesas	2.896.261	1.936.365	49,57%

No quadro seguinte, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 25: Despesas específicas de investimentos por plano – 2018 – (R\$).

Plano	Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	Taxa Cetip/Selic	Custódia	Controladoria	Taxa CVM	Taxa Bovespa	Taxa Anbima	Serviços Jurídicos	Corretagem	Outras	Total
Epamig Básico	1.198	7.974	297	1.032	3.225	1.226	4.925	-	-	461	20.338
Epamig Saldado	8.726	46.692	2.259	6.124	19.195	6.601	27.953	-	2.020	4.082	123.652
Epamig FlexCeres	6.828	7.832	4.210	3.490	3.231	164	231	-	1.109	4.775	31.871

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epamig Básico

Item	2017		2018		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	11.423.463	86,20%	11.799.517	84,44%	100,00%	100,00%
Renda Variável	66.952	0,51%	79.130	0,57%	70,00%	20,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	1.281.783	9,67%	1.341.960	9,60%	8,00%	8,00%
Estruturados (Fundos)	333.240	2,51%	577.912	4,14%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	151.630	1,14%	176.492	1,26%	15,00%	5,00%
Empréstimos	151.147	1,14%	175.999	1,26%		
Financiamentos Imobiliários	484	0,00%	493	0,00%		
Total dos Recursos Investidos	13.257.069	100,03%	13.975.011	100,01%		
Disponível	2.553	0,02%	3.345	0,02%		
Outros Realizáveis	1.573	0,01%	398	0,003%		
Outras Exigibilidades	- 8.626	-0,07%	- 4.503	-0,03%		
Total dos Recursos Garantidores	13.252.570	100,00%	13.974.251	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epamig Saldado

Item	2017		2018		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	63.495.494	83,06%	67.949.570	81,04%	100,00%	100,00%
Renda Variável	6.360.357	8,32%	8.456.949	10,09%	70,00%	20,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	3.827.816	5,01%	3.989.642	4,76%	8,00%	8,00%
Estruturados (Fundos)	1.052.542	1,38%	1.662.904	1,98%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	1.738.928	2,27%	1.800.061	2,15%	15,00%	5,00%
Empréstimos	1.738.882	2,27%	1.800.015	2,15%		
Financiamentos Imobiliários	46	0,00%	46	0,00%		
Total dos Recursos Investidos	76.475.137	100,03%	83.859.126	100,02%		
Disponível	5.148	0,01%	3.647	0,00%		
Outros Realizáveis	4.866	0,01%	1.100	0,00%		
Outras Exigibilidades	- 35.841	-0,05%	- 21.824	-0,03%		
Total dos Recursos Garantidores	76.449.309	100,00%	83.842.049	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epamig FlexCeres

Item	2017		2018		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	35.693.413	89,36%	40.887.515	86,60%	100,00%	100,00%
Renda Variável	3.639.404	9,11%	4.552.673	9,64%	70,00%	20,00%
Estruturados (Fundos)	110.953	0,28%	1.144.267	2,42%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	430.393	1,08%	570.126	1,21%	15,00%	5,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	63.383	0,16%	56.987	0,12%	8,00%	8,00%
Total dos Recursos Investidos	39.937.547	99,99%	47.211.568	100,00%		
Disponível	6.393	0,02%	1.858	0,00%		
Outras Exigibilidades	- 425	0,00%	- 838	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	39.943.515	100,00%	47.212.589	100,00%		

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epamig Básico



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 24/04/2018 15:56:25

Informações da Entidade

Código: 237 Sigla: CERES Exercício: 2018
Plano de Benefícios: 1982000856 - PLANO BÁSICO-EPAMIG

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2018 a 12/2018	INPC	5,89

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 214 Data: 28/03/2018
Nº da Ata: 212 Data: 13/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado Risco de Liquidez Risco de Contraparte
Risco Legal Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	84,54
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	0,48
IMÓVEIS	0,00	8,00	6,45
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,04
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	7,49
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2018	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	14,70	4,50	9,83	
RENDA FIXA	15,48	4,61		
RENDA VARIÁVEL	42,61	19,89		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-1,41	3,12		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS	5,21	3,23		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18,25	5,91		

Observação:

Observações

Na gestão dos investimentos em 2018 permanece a estratégia de monitoramento permanente das carteiras dos planos, visando à adequação da gestão se ocorrerem mudanças significativas. Assim, uma deterioração do cenário básico pode implicar em uma redução da exposição aos riscos, fortalecendo posições mais conservadoras. Uma melhoria desse cenário, pode significar novas oportunidades, respeitando-se os limites de macroalocação estabelecidos na legislação e nesta Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epamig Saldado



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 24/04/2018 16:24:56

Informações da Entidade

Código: 237 Sigla: CERES Exercício: 2018
Plano de Benefícios: 2007003147 - PLANO SALDADO-EPAMIG

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2018 a 12/2018	INPC	5,70

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 214 Data: 28/03/2018
Nº da Ata: 212 Data: 13/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	81,88
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	8,71
IMÓVEIS	0,00	8,00	3,42
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	2,22
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	3,77
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FIFICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	16,56	4,70	10,62	
RENDA FIXA	16,31	4,85		
RENDA VARIÁVEL	35,24	4,88		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-1,88	2,90		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS	5,42	3,29		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18,38	5,79		

Observação:

Observações

Na gestão dos investimentos em 2018 permanece a estratégia de monitoramento permanente das carteiras dos planos, visando à adequação da gestão se ocorrerem mudanças significativas. Assim, uma deterioração do cenário básico pode implicar em uma redução da exposição aos riscos, fortalecendo posições mais conservadoras. Uma melhoria desse cenário, pode significar novas oportunidades, respeitando-se os limites de macroalocação estabelecidos na legislação e nesta Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epamig FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento
Data de Geração: 24/04/2018 16:29:36

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2018
Plano de Benefícios: 2007003392 - PLANO EPAMIG-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2018 a 12/2018				
Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	PLANO	100,00	INPC	5,80

Documentação/Responsáveis

Documentação	
Nº da Ata: 214	Data: 28/03/2018
Nº da Ata: 212	Data: 13/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado Risco de Liquidez Risco de Contraparte
Risco Legal Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	86,42
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	9,59
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,06
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	2,93
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2018	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	20,89	5,67	10,50	
RENDA FIXA	19,40	5,79		
RENDA VARIÁVEL	36,39	4,59		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-5,56	0,64		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18,59	5,85		

Observação:

Observações

Na gestão dos investimentos em 2018 permanece a estratégia de monitoramento permanente das carteiras dos planos, visando à adequação da gestão se ocorrerem mudanças significativas. Assim, uma deterioração do cenário básico pode implicar em uma redução da exposição aos riscos, fortalecendo posições mais conservadoras. Uma melhoria desse cenário, pode significar novas oportunidades, respeitando-se os limites de macroalocação estabelecidos na legislação e nesta Política de Investimentos.

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

Demonstrações Contábeis – Consolidado

Balço Patrimonial				
R\$ Mil				
ATIVO	2018	2017	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
DISPONÍVEL	648	821	0,01%	-21,02%
REALIZÁVEL	7.401.844	6.617.861	99,98%	11,85%
Gestão Previdencial	134.420	138.076	1,82%	-2,65%
Gestão Administrativa	10.981	10.479	0,15%	4,80%
Investimentos	7.256.442	6.469.306	98,02%	12,17%
Títulos Públicos	334	305	0,00%	9,39%
Créditos Privados e Depósitos	0	0	0,00%	0,00%
Ações	0	0	0,00%	0,00%
Fundos de Investimento	6.974.698	6.206.527	94,21%	12,38%
Investimentos Imobiliários	205.842	190.077	2,78%	8,29%
Empréstimos	75.041	71.406	1,01%	5,09%
Depósitos Judiciais / Recursais	527	990	0,01%	-46,77%
Outros Realizáveis	0	0	0,00%	0,00%
PERMANENTE	862	650	0,01%	32,48%
Imobilizado	501	499	0,01%	0,38%
Intangível	361	151	0,00%	138,46%
TOTAL DO ATIVO	7.403.354	6.619.332	100,00%	11,84%
R\$ Mil				
PASSIVO	2018	2017	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	119.222	104.862	1,61%	13,69%
Gestão Previdencial	116.196	101.816	1,57%	14,12%
Gestão Administrativa	2.273	2.295	0,03%	-0,92%
Investimentos	753	752	0,01%	0,15%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11.826	12.336	0,16%	-4,13%
Gestão Previdencial	718	656	0,01%	9,42%
Gestão Administrativa	9.265	8.930	0,13%	3,76%
Investimentos	1.843	2.750	0,02%	-32,98%
PATRIMÔNIO SOCIAL	7.272.306	6.502.134	98,23%	11,84%
Patrimônio de Cobertura do Plano	7.114.565	6.366.756	96,10%	11,75%
Provisões Matemáticas	7.052.053	6.461.438	95,25%	9,14%
Benefícios Concedidos	2.899.527	2.769.637	39,17%	4,69%
Benefícios a Conceder	4.517.175	4.095.155	61,02%	10,31%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	364.650	403.355	4,93%	-9,60%
Equilíbrio Técnico	62.512	(94.682)	0,84%	-166,02%
Resultados Realizados	62.512	(94.682)	0,84%	-166,02%
Superávit Técnico Acumulado	0	0	0,00%	0,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	94.682	0,00%	-100,00%
Resultados a Realizar	0	0	0,00%	0,00%
FUNDOS	157.741	135.378	2,13%	16,52%
Fundos Previdenciais	105.323	92.280	1,42%	14,13%
Fundos Administrativos	31.750	25.300	0,43%	25,49%
Fundos dos Investimentos	20.669	17.798	0,28%	16,13%
TOTAL DO PASSIVO	7.403.354	6.619.332	100,00%	11,84%

Demonstração de Mutação do Patrimônio Social - DMPS

R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	5.824.833	4.402.326	32,31%
1. Adi�oes	1.156.455	1.048.559	10,29%
Contribui�es Previdenciais	366.791	352.911	3,93%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	752.080	661.605	13,68%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	62	(124)	-149,71%
Receitas Administrativas	31.074	29.845	4,12%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.578	2.294	55,99%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	100,00%
Constitui�o de Fundos de Investimentos	2.871	2.029	41,46%
2. Destina�es	370.253	355.798	4,06%
Benefícios	341.769	328.956	3,90%
Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	62	(124)	-149,71%
Despesas Administrativas	27.982	26.945	3,85%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	441	22	1866,35%
Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	677.496	1.422.507	-52,37%
Provisões Matemáticas	451.529	1.415.976	-68,11%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	202.125	(40.469)	-599,45%
Fundos Previdenciais	16.420	34.774	-52,78%
Fundos Administrativos	5.392	8.109	-33,50%
Fundos Investimentos	2.029	4.118	-50,72%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	6.502.330	5.824.833	11,63%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	25.521	20.129	26,79%
1. Custeio da Gestão Administrativa	34.211	32.116	6,52%
1.1. Receitas	34.211	32.116	6,52%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	16.164	15.584	3,72%
Custeio Administrativo dos Investimentos	14.486	13.840	4,67%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	423	414	2,12%
Resultado Positivo dos Investimentos	3.138	2.272	38,13%
Outras Receitas	1	6	-82,61%
2. Despesas Administrativas	(27.982)	(26.723)	4,71%
2.1. Administração Previdencial	14.184	13.744	3,21%
Pessoal e encargos	10.166	9.186	10,67%
Treinamentos/congressos e seminários	71	118	-39,44%
Viagens e estadias	162	94	73,21%
Serviços de terceiros	1.109	1.530	-27,52%
Despesas gerais	1.530	1.710	-10,50%
Depreciações e amortizações	101	118	-14,01%
Tributos	1.044	988	5,64%
2.2. Administração dos Investimentos	13.798	12.980	6,30%
Pessoal e encargos	10.168	9.120	11,49%
Treinamentos/congressos e seminários	73	119	-38,93%
Viagens e estadias	162	94	72,95%
Serviços de terceiros	820	895	-8,35%
Despesas gerais	1.431	1.647	-13,12%
Depreciações e amortizações	101	118	-14,01%
Tributos	1.044	988	5,64%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	0	0	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Planos de Benefícios	0	0	0,00%
5. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	6.229	5.393	15,51%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	6.229	5.392	15,52%
8. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	31.750	25.521	24,41%

Demonstrações Contábeis– Plano Epamig Básico
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epamig Básico

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	13.435	13.011	3,26%
1. Adi�es	3.233	2.885	12,04%
(+) Contribui�es Previdenciais	1.753	1.676	4,64%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.479	1.209	22,36%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	1	-69,26%
2. Destina�es	2.519	2.460	2,39%
(-) Benefícios	2.336	2.295	1,76%
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	1	100,00%
(-) Custeio Administrativo	182	164	11,55%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	714	424	68,16%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.429	382	274,29%
(+/-) Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-715	43	-1778,11%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
(+/-) Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	14.149	13.435	5,31%
C) Fundos Não Previdenciais	350	292	19,75%
(+/-) Fundos Administrativos	221	181	22,18%
(+/-) Fundos Investimentos	129	111	15,78%

Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL - Plano Epamig Básico

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
1. Ativos	14.675	13.901	5,57%
Disponível	3	3	31,00%
Receb�vel	696	641	8,58%
Investimentos	13.975	13.259	5,41%
Títulos Públicos	0	0	0,00%
Fundos de Investimentos	12.857	12.240	5,04%
Investimentos Imobiliários	941	865	8,80%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	176	152	16,40%
Depósitos Judiciais / Recursais	0	2	-97,14%
2. Obriga�es	176	175	0,64%
Operacional	170	165	2,98%
Contingencial	6	9	-40,90%
3. Fundos Não Previdenciais	350	291	20,39%
Fundos Administrativos	221	180	23,25%
Fundos dos Investimentos	129	111	15,78%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	14.149	13.435	5,31%
Provisões Matemáticas	13.009	11.580	12,34%
Superávit/Déficit Técnico	1.140	1.855	-38,56%
Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
6. Apurac�o do Equilíbrio Técnico Ajustado	1.140	1.855	-38,56%
a) Equilíbrio Técnico	1.140	1.855	-38,56%
b) (+/-) Ajuste de Precifica�o	459	482	-4,71%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.140	1.855	-38,56%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epamig Básico
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	14.454	13.721	5,34%
1. Provisões Matemáticas	13.009	11.580	12,34%
1.1. Benefícios concedidos	20.565	19.831	3,70%
Benefício definido	20.565	19.831	3,70%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	7.556	8.251	-8,42%
(-) Déficit equacionado	7.556	8.251	-8,42%
(-) Patrocinador(es)	7.556	8.251	-8,42%
2. Equilíbrio Técnico	1.140	1.855	-38,56%
2.1. Resultados realizados	1.140	1.855	-38,56%
Superávit técnico acumulado	1.140	1.855	-38,56%
Reserva de contingência	1.140	1.855	-38,56%
3. Fundos	129	111	15,78%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	129	111	15,78%
4. Exigível Operacional	170	165	2,98%
4.1. Gestão previdencial	170	165	2,99%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	0	0	-0,77%
5. Exigível Contingencial	6	9	-40,90%
5.1 Gestão previdencial	1	1	0,00%
5.2 Gestão investimentos	4	8	0,00%

Demonstrações Contábeis– Plano Epamig Saldado
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epamig Saldado

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	76.103	69.469	9,55%
1. Adi�es	9.017	8.196	10,01%
(+) Contribui�es Previdenciais	535	502	6,67%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.482	7.695	10,23%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00%
2. Destina�es	1.713	1.563	9,62%
(-) Benefícios	1.247	1.114	11,95%
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	100,00%
(-) Custeio Administrativo	466	449	3,82%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	7.304	6.634	10,11%
(+/-) Provisões Matemáticas	4.774	539	786,32%
(+/-) Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.530	6.095	-58,50%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
(+/-) Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	83.407	76.103	9,60%
C) Fundos Não Previdenciais	1.050	846	24,04%
(+/-) Fundos Administrativos	628	497	26,43%
(+/-) Fundos Investimentos	422	349	20,64%

Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL - Plano Epamig Saldado

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
1. Ativos	84.503	76.988	9,76%
Disponível	4	5	-29,15%
Receb�vel	639	507	25,96%
Investimentos	83.860	76.480	9,65%
Títulos Públicos	0	0	0,00%
Fundos de Investimentos	79.245	72.136	9,85%
Investimentos Imobiliários	2.814	2.600	8,23%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.800	1.739	3,52%
Depósitos Judiciais / Recursais	0	5	-97,44%
2. Obriga�es	46	43	6,93%
Operacional	34	20	72,12%
Contingencial	12	23	-48,42%
3. Fundos Não Previdenciais	1.050	842	24,73%
Fundos Administrativos	628	492	27,63%
Fundos dos Investimentos	422	349	20,64%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	83.407	76.103	9,60%
Provisões Matemáticas	59.756	54.982	8,68%
Superávit/Déficit Técnico	23.651	21.121	11,98%
Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
6. Apurac�o do Equ�brio Técnico Ajustado	23.651	21.121	11,98%
a) Equ�brio Técnico	23.651	21.121	11,98%
b) (+/-) Ajuste de Precifica�o	3.310	3.351	-1,22%
c) (+/-) Equ�brio Técnico Ajustado = (a+b)	23.651	21.121	11,98%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epamig Básico
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	14.454	13.721	5,34%
1. Provisões Matemáticas	13.009	11.580	12,34%
1.1. Benefícios concedidos	20.565	19.831	3,70%
Benefício definido	20.565	19.831	3,70%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	7.556	8.251	-8,42%
(-) Déficit equacionado	7.556	8.251	-8,42%
(-) Patrocinador(es)	7.556	8.251	-8,42%
2. Equilíbrio Técnico	1.140	1.855	-38,56%
2.1. Resultados realizados	1.140	1.855	-38,56%
Superávit técnico acumulado	1.140	1.855	-38,56%
Reserva de contingência	1.140	1.855	-38,56%
3. Fundos	129	111	15,78%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	129	111	15,78%
4. Exigível Operacional	170	165	2,98%
4.1. Gestão previdencial	170	165	2,99%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	0	0	-0,77%
5. Exigível Contingencial	6	9	-40,90%
5.1 Gestão previdencial	1	1	0,00%
5.2 Gestão investimentos	4	8	0,00%

Demonstrações Contábeis– Plano Epamig FlexCeres
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epamig FlexCeres

R\$ Mil			
Descri�o	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	40.267	33.138	21,51%
1. Adi�es	8.507	8.250	3,11%
(+) Contribui�es Previdenciais	3.868	3.810	1,54%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.639	4.440	4,47%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00%
2. Destina�es	1.273	1.121	13,52%
(-) Benefícios	1.086	952	14,10%
(-) Custeio Administrativo	187	170	10,22%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	7.234	7.129	1,48%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.955	7.007	13,54%
(+/-) Fundos Previdenciais	-476	259	-283,92%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-246	-136	80,09%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	47.501	40.267	17,97%
C) Fundos Não Previdenciais	308	248	24,24%
(+/-) Fundos Administrativos	249	194	28,57%
(+/-) Fundos Investimentos	59	54	8,63%

Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL - Plano Epamig FlexCeres

R\$ Mil			
Descri�o	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
1. Ativos	48.023	40.699	18,00%
Disponível	2	6	-70,93%
Receb�vel	810	755	7,29%
Investimentos	47.212	39.938	18,21%
Títulos Públicos	0	0	0,00%
Fundos de Investimentos	46.641	39.507	18,06%
Investimentos Imobiliários	0	0	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	570	430	32,47%
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	0,00%
2. Obriga�es	214	184	16,47%
Operacional	214	184	16,47%
Contingencial	0	0	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	308	248	24,24%
Fundos Administrativos	249	194	28,57%
Fundos dos Investimentos	59	54	8,63%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	47.501	40.267	17,97%
Provisões Matemáticas	46.456	38.500	20,66%
Superávit/Déficit Técnico	(246)	0	0,00%
Fundos Previdenciais	1.291	1.766	0,00%
6. Apurac�o do Equilíbrio Técnico Ajustado	(72)	0	0,00%
a) Equilíbrio Técnico	(246)	0	0,00%
b) (+/-) Ajuste de Precifica�o	173	176	-1,60%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(72)	0	0,00%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epamig FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	47.774	40.505	17,9%
1. Provisões Matemáticas	46.456	38.500	20,7%
1.1. Benefícios concedidos	7.007	5.363	30,6%
Benefício definido	7.007	5.363	30,6%
1.2. Benefício a conceder	39.449	33.137	19,0%
Contribuição definida	39.449	33.137	19,0%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	17.436	14.655	19,0%
Saldo de contas - parcela participantes	22.013	18.482	19,1%
2. Equilíbrio Técnico	(246)	0	#DIV/0!
2.1. Resultados realizados	(246)	0	#DIV/0!
Superávit técnico acumulado	0	0	#DIV/0!
Reserva de contingência	0	0	#DIV/0!
3. Fundos	1.350	1.820	-25,9%
3.1. Fundos previdenciais	1.291	1.766	-26,9%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	59	54	8,6%
4. Exigível Operacional	214	184	16,5%
4.1. Gestão previdencial	213	183	16,3%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	1	0	97,4%

ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da
CERES - Fundação de Seguridade Social
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CERES - Fundação de Seguridade Social ("CERES", "Fundação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela CERES, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC n°29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios dos patrocinadores Embrapa, Epagri, Emater Minas Gerais - Emater MG, Epamig, Cidasc, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, Emater Distrito Federal - Emater DF e Ceres, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES - Fundação de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo - Independência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa n° 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2018, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 116.196 mil, dos quais R\$ 89.142 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES. Esse passivo contingencial foi originado pelo cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela CERES, proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar n° 109/2001, que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determina que os planos devem ter independência patrimonial. Consequentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Consequentemente, não nos foi possível determinar quais os ajustes a serem realizados para que o princípio da independência patrimonial entre os planos fosse reestabelecido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade do plano Embrater BD

As demonstrações contábeis do plano Embrater BD, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da operação. Entretanto, conforme mencionado na nota explicativa n° 19, em 13 de abril de 1990 houve extinção da patrocinadora a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater e a cessação dos repasses de contribuições para que o plano continuasse a honrar o compromisso com seus assistidos. Também, conforme mencionado, nas notas explicativas n° 19 e 6, considerando a não existência de recursos por parte do plano Embrater, a Ceres, em cumprimento de decisão judicial do Tribunal Regional Federal, vem efetuando o pagamento dos benefícios do extinto plano com a utilização dos recursos dos demais planos básicos administrados pela Entidade, o que a sua administração entende como medida alternativa para a continuidade do cumprimento das obrigações do plano. A continuidade operacional deste plano depende da continuidade do cumprimento da decisão judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;




- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 27 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador, CRC DF 015827/O-3

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

IV. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, do Anexo "C" da Resolução MPS/CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, e ao item "I" do Inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa SPC nº 34 de 24/09/2009 e alterações, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais e na minuta do Parecer dos Auditores Independentes, conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TA nº700 – "Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis", que encaminhará Parecer definitivo após aprovação do Conselho Deliberativo; bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal, apresenta a seguir, o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2018.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos as seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial, Demonstração de Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação.
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2018, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto no item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, conforme evidenciado na minuta do Parecer de Auditoria Independente BDO auditores Independentes de 22 de março de 2019.
- c) Em relação a minuta do Parecer dos Auditores Independentes, o documento apresentou ressalva em:
 - i. À independência patrimonial dos planos de benefícios, referente ao plano Embrater BD, visto que tal continuidade está atrelada ao cumprimento da decisão judicial do Tribunal Regional Federal.

Base para opinião com ressalva:

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2018, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 116.196 mil, dos quais R\$ 89.142 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES. Esse passivo contingencial foi originado pelo cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela CERES, proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001, que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determina que os planos devem ter independência patrimonial. Conseqüentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar quais os ajustes a serem realizados para que o princípio da independência patrimonial entre os planos fosse reestabelecido.



Fundação de Seguridade Social

As demonstrações contábeis apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES – Fundação de Seguridade Social e Individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitido pela Assessoria Actuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, e suas alterações, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

O Conselho Fiscal da Ceres – Fundação de Seguridade Social, diante das considerações sobre as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais e a minuta do Parecer dos Auditores Independentes e atinentes às Notas explicativas, assim como, sobre as análises feitas nas reuniões mensais, **RESOLVE** indicar aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2018 pelo Conselho Deliberativo, levando em consideração as análises e conclusões destacadas anteriormente.

Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 22 de março de 2019.



Cleuber Oliveira

Presidente do Conselho Fiscal

Representante dos Participantes e Assistidos da
EMBRAPA



Eurípedes Rosa do Nascimento Júnior

Membro Titular do Conselho Fiscal

Representante da Patrocinadora
EMBRAPA



Sebastião Cardoso Barbosa

Membro Titular do Conselho Fiscal

Representante dos Participantes e Assistidos da
EMATER - MG



Arádia Lulza dos Santos Costa

Membra Titular do Conselho Fiscal

Representante da Patrocinadora
EPAGRI

ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS




TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 220ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de março de 2019, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – BDO Auditores Independentes, nos Pareceres do Atuário – Atuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstrações contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.


Brasília, 27 de març o de 2019.


Alexandre de Oliveira Barcellos


Gerson Soares Alves Barreto


Emidio Casagrande


Sérgio Brunale


Ursula Maria Ludwig Moraes


José Mauro Gonç lves Dias

Ceres - Fundac o de Seguridade Social

SHCN - CL 202 Bloco C Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ.: 00.532.804/0001-31
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 3327 7651 E-mail: atende@ceres.org.br
Atendimento ao participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

Os Pareceres de cada plano estão disponíveis a seguir.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

EPAMIG

PLANO EPAMIG BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2018

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Básico, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2018.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2017, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação, concluindo-se pela alteração das hipóteses abaixo relacionadas:

Hipótese	2017	2018
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 por sexo
Fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios	0,98096055	0,98177458
Família média para provisão de pensão	Estimada com base no cadastro de dependentes de 2017	Estimada com base no cadastro de dependentes de 2018

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2018 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que o mesmo está apto ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios. Entretanto, é preciso consignar o registro de que, em virtude da troca de sistemas de gestão previdenciária da entidade, diversos problemas de consistência nos dados foram identificados ao longo do período de elaboração da avaliação e corrigidos. Entretanto, recomendamos que a entidade promova análises mais detalhadas da base de dados do novo sistema de forma a identificar possíveis problemas não abordados na presente avaliação atuarial, procedendo, se for o caso, os devidos ajustes nas provisões matemáticas ao longo de 2019.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epamig Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2019 será no mínimo de R\$ 137.261, sendo uma contribuição extraordinária R\$ 123.614 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 13.647 para custear o custo administrativo.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2018 foi apurada uma perda atuarial de R\$ 785.567, que não foi incorporada ao Contrato, pois o plano de benefícios apresentou um equilíbrio técnico ajustado positivo referente à patrocinadora em R\$ 1.598.879.

Plano de custeio para 2019

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Na data desta reavaliação o prazo do contrato de saldamento era de 72 (setenta e dois) meses.

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal a partir de 1º de abril de 2019 no valor linear mínimo de R\$ 123.614 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 7.555.965 em 31/12/2018.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,39% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,39% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento do plano, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,39% da suplementação.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2019, o custeio administrativo médio mensal do plano Epamig Básico será de R\$ 14.236, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 170.831.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 543,42 referente à contribuição desse grupo, e são 12 as parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$ 13.647,22.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2019, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2018, um superávit atuarial de R\$ 1.319.912, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 15 O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à "média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios". O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2018 encontrou-se uma duração igual a 10,24 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 15, acima comentado, resulta em um Limite da Reserva de Contingência de R\$ 2.633.087.

Portanto, o superávit registrado nesta reavaliação atuarial será destinado integralmente à constituição de Reserva de Contingência.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

Em janeiro de 2008 foram implantados o Plano de Contribuição Variável e o Plano Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Epamig Básico passou a ser composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2018, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 13.009.322, distribuídas conforme a tabela no. 01.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAMIG BÁSICO

– VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2017	31/12/2018	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	13.435.492	14.149.233	5,31%
Provisões Matemáticas	11.580.215	13.009.322	12,34%
Benefícios Concedidos	19.830.753	20.565.287	3,70%
Provisão Matemática a Constituir	-8.250.538	-7.555.965	-8,42%
Resultados Realizados	1.855.277	1.139.911	-38,56%
Ajuste de Precificação	481.659	458.968	-4,71%
Resultado Ajustado	NA	NA	-

NA: Não aplicável

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epamig Básico, no exercício de 2018 foi de 11,75%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2018 foi de 3,43%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 9,32%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,69%a.a. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 2,22% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2018, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2018, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2018

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	259.813	0	259.813
Perda	0	-17.231	-17.052	-915.753	0	-95.345	-1.045.380
Total	0	-17.231	-17.052	-915.753	259.813	-95.345	-785.567

(*) Os ganhos e perdas não atuariais se referem aos efeitos das parcelas do financiamento do Saldamento pagas a menor pelo Patrocinador.

A provisão matemática a constituir de 31/12/2017 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2018 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais, previstos na Tabela nº 02, foram adicionadas ao saldo de 31/12/2018, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 18/2006.

Resultado atuarial de 31/12/2018 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, conforme se observa na tabela nº 01, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Nosso entendimento é que as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a rentabilidade patrimonial líquida positiva no exercício, apesar da perda atuarial, o que nos leva a concluir que o mesmo é de natureza conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EPAMIG BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de cobertura do Plano	14.149.233	Benefícios Futuros	20.565.287
Contribuições Futuras do Saldamento	7.555.965	Benefícios Concedidos	20.565.287
		Resultados realizados	1.139.911
Total	21.705.198	Total	21.705.198

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 7 de março de 2019.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO RATTES
DE OLIVEIRA:25945068349
Data: 2019-03-12 07:56:06

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2018

PLANO EPAMIG SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2018.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2017, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação, concluindo-se pela alteração das hipóteses abaixo relacionadas:

Hipótese	2017	2018
Tábua de mortalidade de válidos	AT-83 por sexo	BR-EMSsb-v.2010 por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 por sexo
Fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios	0,98096055	0,98177458
Família média para provisão de pensão	Estimada com base no cadastro de dependentes de 2017	Estimada com base no cadastro de dependentes de 2018

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2018 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que o mesmo está apto ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios. Entretanto, é preciso consignar o registro de que, em virtude da troca de sistemas de gestão previdenciária da entidade, diversos problemas de consistência nos dados foram identificados ao longo do período de elaboração da avaliação e corrigidos. Entretanto, recomendamos que a entidade promova análises mais detalhadas da base de dados do novo sistema de forma a identificar possíveis problemas não abordados na presente avaliação atuarial, procedendo, se for o caso, os devidos ajustes nas provisões matemáticas ao longo de 2019.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epamig Saldado é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio do regulamento, cuja contribuição mensal para 2019 será no mínimo de R\$ 38.656 referente ao custo administrativo.

Plano de custeio para 2019

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, sendo que o saldo dessa provisão na data de referência desta avaliação é nulo.

Em 31/12/2018, o prazo restante de vigência da contribuição extraordinária de responsabilidade da patrocinadora era de 48 meses (quarenta e oito meses).

Os assistidos contribuirão com uma alíquota de 8,00% incidente sobre os respectivos benefícios e não estão previstas contribuições para os participantes ativos.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2019, o custeio administrativo médio mensal do plano Epamig Saldado será de R\$ 40.323, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 483.877.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 1.539 referente à contribuição desse grupo, e são 12 as parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$ 38.655,59

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2019, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2018, um superávit atuarial de R\$ 23.650.843, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 15 O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados,

em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2018 encontrou-se uma duração igual a 11,31 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 15, acima comentado, resulta em um Limite da Reserva de Contingência de R\$ 12.733.992.

Portanto, a parcela do superávit que exceder o Limite da Reserva de Contingência será destinada à constituição de reserva especial para revisão do plano de benefícios e, tendo em vista que se trata do terceiro ano consecutivo em que ocorre a formação de reserva especial, a entidade procederá estudos em 2019 com vistas a determinar a necessidade de revisão do plano de benefícios.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

Em janeiro de 2008 foram implantados o Plano Epamig-FlexCeres e o Plano Epamig Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Epamig Básico passou a ser composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, enquanto os atuais ativos passaram a compor o Plano Epamig Saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO EPAMIG SALDADO – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2017	31/12/2018	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano	76.102.785	83.406.789	9,60%
Provisões Matemáticas	54.981.565	59.755.946	8,69%
Benefícios Concedidos	11.184.195	12.399.623	10,86%
Benefícios a Conceder	43.797.370	47.356.323	8,13%
Provisão Matemática a Constituir	0	0	-
Resultados Realizados	21.121.220	23.650.843	11,98%
Ajuste de Precificação	3.351.070	3.310.227	-1,22%
Resultado Ajustado	NA	NA	-

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epamig Saldado, no exercício de 2017 foi de 11,50%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2018 foi de 3,43%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 9,33%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,70%. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 1,98% no período.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2018, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2018, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – PERDAS e GANHOS – 31/12/2018

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	1.435.477	3.408.713	4.844.190
Perda	0	-3.368.896	-49.546	-680.635	0	0	-4.099.077
Total	0	-3.368.896	-49.546	-680.635	1.435.477	3.408.713	745.113

A provisão matemática a constituir de 31/12/2017 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2018 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais, previstos na Tabela nº 02, foram adicionadas ao saldo de 31/12/2018, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 18/2006.

Resultado atuarial de 31/12/2018 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, conforme se observa na tabela nº 01, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Nosso entendimento é que as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a alteração das hipóteses atuariais e, em especial, com a rentabilidade patrimonial alcançada no exercício, o que nos leva a concluir que a natureza do resultado é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO EPAMIG SALDADO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	83.406.789	Benefícios Futuros	59.755.946
Contribuições Futuras do Saldamento	0	Benefícios Concedidos	12.399.623
		Benefícios a Conceder	47.356.323
		Resultados realizados	23.650.843
Total	83.406.789	Total	83.406.789

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 7 de março de 2019.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO RATTES
DE OLIVEIRA:25945068349
Data: 2019-03-12 07:56:06

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2018

PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig-FlexCeres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2018.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2017, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação, concluindo-se pela alteração das hipóteses abaixo relacionadas:

Hipótese	2017	2018
Tábua de mortalidade de válidos	AT-83 por sexo	BR-EMSsb-v.2010 por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 por sexo
Fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios	0,98096055	0,98177458
Família média para provisão de pensão	Estimada com base no cadastro de dependentes de 2017	Estimada com base no cadastro de dependentes de 2018

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2018 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que o mesmo está apto ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios. Entretanto, é preciso

consignar o registro de que, em virtude da troca de sistemas de gestão previdenciária da entidade, diversos problemas de consistência nos dados foram identificados ao longo do período de elaboração da avaliação e corrigidos. Entretanto, recomendamos que a entidade promova análises mais detalhadas da base de dados do novo sistema de forma a identificar possíveis problemas não abordados na presente avaliação atuarial, procedendo, se for o caso, os devidos ajustes nas provisões matemáticas ao longo de 2019.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pelo INPC.

No plano Epamig-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Epamig Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Epamig Saldado e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2018

Tipo de Custo	Taxas Médias
<i>Benefícios de risco</i>	1,622%
Patrocinadora	0,811%
Participante	0,811%
<i>Administrativo</i>	0,478%
Patrocinadora	0,239%
Participante	0,239%
<i>Custo Total</i>	2,100%
Patrocinadora	1,050%
Participante	1,050%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Epamig-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 2,100% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2017, cujo percentual foi igual a 1,938%, em função de aumentos nos custos dos benefícios de risco decorrentes de alterações nas metas de benefícios e nas hipóteses atuariais, bem como no custo administrativo.

Plano de custeio para 2019

O plano de custeio para 2019 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2018 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2019

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	8,169%
Patrocinadora	3,839%
Participante	4,330%
Benefícios de risco	1,622%
Patrocinadora	0,811%
Participante	0,811%
Custeio administrativo	0,478%
Patrocinadora	0,239%
Participante	0,239%
Custeio Total	10,269%
Patrocinadora	4,889%
Participante	5,380%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,478%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2019, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2018, um déficit atuarial de R\$ 245.623, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar à Previc instrumento contratual reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 5º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na cobertura total do débito contratado.

§ 6º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e à Previc

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 30, da citada Resolução, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2018 encontrou-se uma duração igual a 12,75 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 29, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 613.088.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 245.623 e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 173.177 obteve-se Resultado Técnico Ajustado negativo em R\$ 72.447, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis

A tabela a seguir demonstra os valores e a variação das provisões matemáticas do plano Epamig-FlexCeres de 31/12/2017 e 31/12/2018:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAMIG – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2017	31/12/2018	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano	38.500.450	46.210.141	20,02%
Provisões Matemáticas	38.500.450	46.455.764	20,66%
Benefícios Concedidos	5.363.221	7.006.719	30,64%
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	#DIV/0!
Benefícios Futuros	1.234.438	1.305.006	5,72%
Contribuições Futuras	-1.234.438	-1.305.006	5,72%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	33.137.229	39.449.045	19,04%
Resultados Realizados	0	-245.623	-
Ajuste de Precificação	175.991	173.177	
Resultado Ajustado	NA	-72.447	-

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epamig-FlexCeres, no exercício de 2018 foi de 11,38%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2018 foi de 3,43%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 9,43%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,80%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 1,78% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, em especial pelas variações salariais ocorridas, modificação de metas de benefícios, alteração de hipóteses e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e a ocorrência de provisão matemática de benefícios a conceder nula é decorrente da alteração regulamentar na forma de cálculo dos benefícios de risco, que passaram a ter os seus valores limitados à meta do benefício programado, reduzindo o valor presente dos benefícios futuros e a necessidade de contribuições futuras para o financiamento desses benefícios.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2018, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2018, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2018

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	110.067	89.167	199.233
Perda	0	-335.521	-4.447	-23.878	0	0	-363.846
Total	0	-335.521	-4.447	-23.878	110.067	89.167	-164.612

Resultado atuarial de 31/12/2018 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial deficitário, conforme se observa na tabela nº 03, e, considerando-se que o resultado foi influenciado, em especial, pela rentabilidade patrimonial no exercício, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza conjuntural.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL - PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	46.210.141	Benefícios Futuros	47.760.770
Contribuições Futuras	1.305.006	Benefícios Concedidos	7.006.719
Risco	1.305.006	Benefícios a Conceder	40.754.051
		Programados	39.449.045
		Risco	1.305.006
		Resultados Realizados	-245.623
Total	47.515.147	Total	47.515.147

Fundos previdenciais

Em 31/12/2018, o plano de benefícios apresentava os seguintes saldos de fundos previdenciais.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS - PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Discriminação	2017	2018	Varição
Fundos Previdenciais	1.766.494	1.290.992	-26,92%
Fundo Coletivo de Desligamento	373.440	494.156	32,33%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	1.270.005	796.836	-37,26%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	123.049	-	-100,00%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

Em 31/12/2018 ocorreu a reversão plena do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 382.780 e a reversão parcial do Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios, no montante de R\$ 796.836, para equilibrar o resultado atuarial do exercício, tendo a finalidade precípua desses fundos de contribuir para a solvência financeira e atuarial do plano de benefícios.

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstos no regulamento desse plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 7 de março de 2019.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO RATTES
DE OLIVEIRA:25945068349
Data: 2019-03-12 07:56:06